

## As políticas educacionais direcionadas à população negra

Leonardo Brito Martins<sup>1</sup> 

Universidade Estadual do Ceará - FECLESC/UECE, Capistrano, CE, Brasil

### Resumo

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar os avanços e retrocessos nas políticas educacionais relacionadas a população negra. Desvelamos parte dos desafios percorridos pelas políticas educacionais e fizemos uma abordagem histórica do passado da população negra, mostrando quais foram os direitos adquiridos ao longo dos anos. Foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico, na qual utilizamos livros, artigos, documentos e sites oficiais, como Ministério da Educação e Cultura e Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas. O estudo das políticas educacionais indica que a permanência da população negra no ensino público é frágil e que, embora existam conquistas como a política de cotas a inserção e permanência dessa população ainda consiste em um desafio.

**Palavras-chave:** Políticas educacionais. População negra. Trajetória histórica.

### Educational policies aimed at the black population

#### Abstract

The present work aimed to analyze the advances and setbacks in educational policies related to the black population. We unveiled part of the challenges covered by educational policies and made a historical approach to the past of the black population, showing the rights acquired over the years. A bibliographic research was carried out, in which we used books, articles, documents and official websites, such as the Ministry of Education and Culture and the National Institute for Study and Research. The study of educational policies indicates that the permanence of the black population in public education is fragile and that, although there are achievements such as the quota policy, the insertion and permanence of this population is still a challenge.

**Key-words:** Educational policies. Black population. Historical trajectory.

## 1 Introdução

A partir de 1934 surge em texto legal à primeira constituição federal falando sobre a educação como direito e dever do estado, aparece então um conceito denominado eugênico que tinha como enfoque melhorar a nação, raça brasileira. Surge a opção de uma educação eugênica no país: “Art 138 - Incumbe à União, aos

Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: [...] b) estimular a educação eugênica [...]” eugênica [...]” (POLETTI, 1934, p. 136).

2 Após o período abolicionista, Domingues (2008) nos aponta que a elite começou a negar o ingresso do negro dentro da educação, recusando as matrículas nas instituições o que teve como consequência um aumento nos índices de analfabetismo, porque o direito à educação exposto nas políticas educacionais foi negado, o que pode indicar preconceito já presente naquele período “Em 1500 a população nativa girasse em torno de 1 milhão a 8 milhões, e que o “encontro” com os europeus teria dizimado entre 25% e 95% .” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.3). Isso ainda reflete na atualidade com a restrição da participação do negro nas instituições públicas.

Em princípio o negro ainda sofre preconceito, por causa desse passado tão preconceituoso e tão elitista, que lhe desmerecia por vir de uma cultura e de uma etnia diferente. Ao longo dos anos, depois de muitos movimentos e protestos os negros foram tomando seu devido espaço como direito, e tendo leis que foram aprovadas para o estudo da sua cultura.

Questionamos se as políticas de cotas que ajudam a permanência da população negra no ensino público? Porque para que essa população tenha permanência no ensino, ela precisa ter acesso e esse acesso é quando o governo oferta condições para que o aluno possa estudar, temos como exemplo: o transporte escolar, a merenda, o fardamento, dentre outros. A oferta é quando eu contrato professor, amplio a instituição, é quando eu mantenho a rede. Então será que o governo está garantindo oferta, acesso e permanência.

Será que a política decotas é suficiente para o ingresso dos negros nas instituições públicas, existe política de cotas para todos os níveis, será que as políticas educacionais existentes hoje ajudam na permanência do negro nas universidades.

Durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2011) houve algumas iniciativas no campo da educação que buscaram atender aos anseios dos brasileiros afrodescendentes. Dentre as medidas que visavam à ampliação de oportunidades educacionais às pessoas negras destaca-se a

modificação na prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com a adoção de cotas raciais. A mudança de perfil do ENEM e o uso da nota para ingresso em universidades federais por meio do Sisu (Sistema de Seleção Unificada); a criação do ProUni (Programa Universidade Para Todos), e o Fies (Programa de Financiamento Estudantil), em seu conjunto tiveram um impacto positivo nesse cenário, aumentando o acesso de pessoas negras às universidades públicas e privadas. Outra medida importante na área do ensino superior foi à criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) criada pela Lei nº 12.289/2010.

Precisamos abordar essa temática das políticas educacionais relacionadas aos negros, porque antigamente essas pessoas não tinham direito ao ingresso nas escolas públicas, ao ensino médio e superior. Atualmente, foram criadas leis educacionais que facilitam esse acesso. Então precisamos fazer com que esses direitos continuem e sejam amplificados, para que essas populações tão fragilizadas historicamente consigam recuperar esses anos perdidos. A atual gestão do Presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) não houve avanços no setor da educação, mas sim uma estagnação nessa área.

As políticas educacionais antigamente foram lutas diárias para conseguir um determinado direito, sendo que as políticas públicas devem garantir os direitos da população. No entanto, isso não se aplicou com aos negros. E quando se relaciona a população negra essa luta se torna imensa. É necessário ter esse estudo porque ele vai nós mostrarmos como essa classe lutou por seus direitos até atualmente, e como as políticas educacionais foram se adaptando até recentemente.

À vista desse panorama, este estudo teve como objetivo geral analisar os avanços e retrocessos nas políticas educacionais e a relação com a população negra. Visando mostrar os desafios percorridos das políticas educacionais e fazer um panorama histórico do passado da população negra mostrando quais foram seus direitos adquiridos ao longo dos anos.

Para isso fizemos uma pesquisa bibliográfica e documental, na sequência apresentamos a metodologia, resultados e discussões e considerações finais.

## 2 Metodologia

4

Para a realização deste trabalho foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico em materiais já publicados relacionados sobre esse tema e analisando os documentos registrados sobre esse assunto para explanação, com enfoque em um estudo nas políticas educacionais e a fragilidade da população negra. Utilizamos para essa pesquisa livros, textos, documentos e sites oficiais, como das páginas do Ministério da Educação e Cultura e Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas.

## 3 Os desafios das políticas educacionais

Desde o século XIX não tínhamos uma política educacional eficiente, no entanto, os outros países se empenharam em desenvolver seu sistema educacional. O Brasil por não ter aderido um sistema educacional logo de imediato foi ficando atrasado e isso reflete a nossa realidade atualmente causando um déficit educacional. No contexto histórico do período imperial se tinha ainda um desinteresse pela educação, mas após a Proclamação da Independência começaram a surgir debates sobre as questões educacionais, mas ainda não era nada muito concreto.

E em 1824 surgiu a primeira constituição, que dizia que os negros escravizados não tinham direito a educação, mas os libertos tinham. E em 1827 foi aprovada uma lei que aprovava a criação das escolas de primeiras letras em algumas localidades do país, em contrapartida, essa lei somente entrou em vigor em 1834 trazendo a educação popular e a instrução primária. No período imperial tínhamos uma educação elementar descentralizada e após a Proclamação da República continuaram com esse modelo de educação não se preocupando com sua centralidade.

Em 1888 começou a surgir escolarização dos negros no Brasil. No período imperial os negros libertos tinham uma inserção na educação, no entanto os escravos tinham direitos apenas em algumas práticas de ensino. No período da

república já se tinham movimentos dos intelectuais negros para pessoas negras terem acesso à educação e que houvesse mudanças sociais.

No ano de 1937 no período da ditadura do Estado Novo (política populista de Getúlio Vargas) teve uma nova constituição federal e ela vai suprimir os recursos financeiros dedicados a educação, no Rio de Janeiro essa reforma também vai impossibilitar o ingresso dos negros nas escolas mesmo eles estando libertos, porque eles eram denominados pessoas que sofriam de doenças contagiosas, os negros só tinham educação quando os fazendeiros contratavam professores particulares para ensinar a eles e aperfeiçoar a sua mão de obra.

Na década de 1920 a educação era responsabilidade do estado, trazendo uma proposta descentralizada desde o período imperial. Nesse período tivemos várias reformas educacionais, e uma das características dessas reformas foi a luta pela implantação da educação básica, que só entrou em vigor a partir da revolução de 1930 com a criação do ministério da educação e da saúde, e a divulgação do manifesto dos pioneiros que lutavam por uma educação nova, nesse período começava a surgir a necessidade de alfabetização da população e a qualificação para o trabalho porque já se tinha o processo de industrialização.

E em 1934 surgiu a constituição federal, aparecendo em texto legal a educação como direito e dever do Estado. Com o Estado Novo essa constituição foi deixada de lado, sendo criada uma nova constituição em 1937 nesse período tínhamos a ditadura do Estado Novo, Getúlio Vargas então vai suprimir os recursos financeiros dedicados a educação. E em 1942 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e tivemos também a reforma Capanema e as leis orgânicas do ensino. Em 1945 foram realizadas as reformas educacionais dos ensinos industrial, comercial e secundário e em 1946 a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Desde 1827 até 1946 vivemos lutando para conquistar uma política educacional no ensino primário. Em 1946 começa a surgir um debate sobre as leis de diretrizes e bases que tramitou durante 119 anos e só em 1961 vai surgir a 1º LDB, embora sua utilização ainda não estivesse assegurada.

Essa luta foi retomada em 1988 após a 1º Constituição Federal que instaurava a democracia no país e começou a surgir o debate sobre a qualidade da educação pública, e o encerramento de vez da participação da igreja na educação. Tivemos a elaboração da nova LDB denominada no início como “Sistema nacional de educação” que posteriormente foi substituído por “Organização da educação nacional” e isso expressa a resistência que os grupos conservadores tinham em relação a uma educação nacional.

6

No ano 1971 tivemos a derrubada da 1º LDB e tendo o surgimento da 2º LDB derivada do movimento pela democracia, essa LDB está em vigor até hoje. Essa linha do tempo de forma resumida nos mostra como a nossa educação tem um déficit educacional enorme, no ano de 1827 até 1971 cerca de 144 anos, isso nos mostra que nenhuma lei foi criada para a inclusão do negro da escola.

No Brasil imperial quando o negro liberto estudava não tinha leis para que eles pudessem continuar estudando nas instituições. A população negra naquele período não tinha uma permanência muito grande por que eles tinham que decidir muitas vezes se eles iriam trabalhar ou estudar, e quando as suas famílias trabalhavam seus pais não iam para as reuniões e muitos casos Barros (2005) esclarece que eles não tinham comida, transporte, material didático, dentre outros, não tinham recursos para a aquisição dessas necessidades. Eles não tinham uma legislação que acolhessem eles e que pudessem dar um devido suporte ou condição de permanência.

### 3.1 Racismo, lutas e direitos nas políticas educacionais

A luta contra desigualdade e racismo é pertencente a todos nós. O objetivo das políticas públicas educacionais é superar as condições vulneráveis. Por meio das políticas educacionais, o combate ao racismo pode ser solidificado e tido como exemplo, através de documentos que procuram incluir o combate ao racismo. Podem ser citados o Parecer CNE/CP nº 03/2004, que visa a orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas; e a Resolução

CNE/CP n. 01/2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas. Ambos têm como objetivo principal a discussão da desigualdade étnica. Após a abolição, estudantes negros foram impedidos de se matricularem nas escolas, provocando o aumento do analfabetismo da população negra. De tal maneira, vale ressaltar como movimento de resistência, o **documento Juventudes Negras do Brasil – trajetórias e lutas traz a Frente Negra Brasileira (FNB)**. O movimento trazido por associações a pessoas negras objetivou em instruir pessoas a fim de educá-las, tendo em vista que a educação, naquela época, seria a maior arma do negro.

### **3.2 As políticas educacionais dos governos Lula (2003-2010) e Bolsonaro (2019-2020) voltadas aos afrodescendentes**

O processo educativo se confunde com a geração da vulnerabilidade social, desde a aposta em cursos de diferentes níveis de escolaridade até as políticas e condições de ingresso e residência permanente dos negros nessas instituições. Silva (2018) mencionou a fragilidade do limiar indistinguível entre a vida e a morte na lógica do isolamento que se instaura nas cidades. Entendemos que as políticas públicas de educação podem tanto provocar mudanças nas condições de vulnerabilidade, como também levar à ruptura da vulnerabilidade, pois podem reiterá-las.

No entanto, o governo Bolsonaro desprezou os objetivos e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE), reduzindo gradativamente o orçamento discricionário do Ministério da Educação, enfraquecendo sua função de prestar assistência técnica e financeira aos estados, Distrito Federal e municípios em matéria de educação. Adotar as políticas exigidas pelo setor empresarial na busca pela captação de recursos públicos relacionados à educação.

A ausência dos temas étnico-raciais é também efeito da imposição da branquitude em nossa estrutura de ensino – acesso discente e docente, materiais didáticos, currículos e bibliografias. Se há uma ficção na ideia de uma raça negra,

que a retira da condição humana, seu correlato é a fantasia europeia da pessoa branca, que tem como um de seus efeitos a produção de extermínios (MBEMBE, 2018).

#### 4 Resultados e Discussões

8

Considerando esse contexto de desigualdades sociais para a população negra, direitos foram conquistados possibilitando a essa população o seu devido lugar na sociedade. No dia 29 de agosto de 2012 entrou em ação a Lei Nº12.711, que trata sobre o ingresso dos negros nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, diante dessa lei foram dadas possibilidades aos negros de ingressar no ensino.

Alguns artigos da lei estabelecem que:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016) (BRASIL, 2012, n/p).

A política de cotas foram um grande avanço para essa população ingressar no ensino superior, no entanto, ainda há um desequilíbrio entre a população negra e branca onde a população branca ainda tem um auto índice de pessoas brancas ingressando no ensino superior enquanto pessoas negras não conseguem ter esse mesmo índice de ingresso. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios referente ao ano de 2018 – PNAD Contínua, sendo realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Esses dados mostram os índices de cada região do país e a população branca tem um alto índice enquanto as pessoas pretas e pardas não têm o mesmo percentual.

O acesso à educação básica obrigatória pela Constituição no país, por exemplo, cresceu de 45,0% para 47,4% da população de 25 anos ou mais, nesse período de 2 anos. No entanto, variava de 53,6%, no Sudeste a 38,9% no Nordeste. E era maior entre brancos (55,8%) do que pretos ou pardos (40,3%), bem como entre as mulheres (49,5%) do que os homens (45,0%) (IBGE, 2018, n/p).

Comparando essa realidade, de pessoas brancas com pretas e pardas, temos um índice de estudo bastante indiferente:

A média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, em 2018, foi 9,3 anos. Entre as mulheres, o número médio de anos de estudo foi de 9,5 anos, enquanto para os homens, 9 anos. Com relação à cor ou raça, registrou-se 10,3 anos de estudo para as pessoas de cor branca e 8,4 anos para as de cor preta ou parda (IBGE, 2018, n/p).

Mesmo após tantos anos de lutas podemos perceber pelos índices que a população negra ainda sofre para ter acesso à educação pública, o que ainda acarreta desigualdade social por cor.

Ademais, mesmo com essas leis de inclusão essa população ainda tem uma dificuldade especificamente no ingresso do ensino superior, porque o ensino básico e médio não tem uma boa qualidade e isso dificulta o ingresso dos negros no ensino superior. Ao se comparar com alunos brancos eles não conseguem disputar igualmente porque os alunos que vem de escolas particulares tem uma aprendizagem melhor do que as da escola pública.

É notório percebemos que mesmo as políticas publicadas criadas para facilitar o ingresso do negro ainda existem um baixo índice de matrícula dessa população. De acordo com os resultados de Rosemberg e Madsen (2011). Analisando dados da edição da Pnad de 2003 e 2009, as autoras afirmam:

Brancos e brancas que representavam 73,8% dos(as) estudantes universitários em 2003, passaram a representar 42,3% em 2009; negras e

negros que representavam 25,1% em 2003, passaram a representar 35,1% em 2009. Os percentuais de variação (crescimento), no período indicam índices superiores entre os homens negros (95,6% de variação), seguidos das mulheres negras (94,9% de variação). Por outro lado, homens brancos, mas principalmente mulheres brancas, apresentaram os menores índices de crescimento: 22,8% e 19,5% respectivamente. (ROSEMBERG; MADSEN, 2011, p. 32).

10 A partir dessa análise podemos entender que mesmo diante de tanta “igualdade” a população negra ainda sofre de uma diminuição no ingresso no ensino superior comparado ao público geral. Mesmo o país tendo avançado bastante ainda temos um baixo índice de participação na educação.

Mesmo tendo esse baixo índice de participação o que facilita o ingresso dessas pessoas são as políticas de ação afirmativa adotadas pelas esferas federal e estadual. Nos últimos 10 anos, buscando à diminuição de diferenças sociais entre brancos, negros e indígenas (ROSEMBERG; ANDRADE, 2008; FERES JÚNIOR, 2011; DAFLON; FERES JÚNIOR; CAMPOS, 2013).

## 5. Considerações finais

Conforme explorado ao longo da pesquisa, a política de cotas foi uma conquista para essa população, no entanto, a permanência ainda é muito complicada porque um determinado número de pessoas precisa trabalhar e elas não têm um auxílio necessário do governo para que elas possam se dedicar aos estudos totalmente.

A população negra não tinha muitos direitos e no decorrer dos anos foram lutando e conquistando seus direitos como cidadão. Este processo de conquistas foi permeado por vários anos, no entanto, foram essas lutas constantes que fizeram eles serem reconhecidos. Algumas leis foram conquistadas, mas, a mais importante foi a Lei 10.639/2003 que garante o contato com sua cultura desde o começo e a sua entrada no ambiente escolar, que desmistificou o passado dessa população. E com a criação dessa lei podemos também esperar que o índice de preconceito e racismo diminua uma vez que as outras pessoas vão poder conhecer mais a cultura negra.

## Referências

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do XX. In: ROMÃO, J. (Org.). **História da educação dos negros e outras histórias**. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2005.

BRASIL. Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.**, Brasília,DF, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112711.htm) Acesso: 27 jun. 2021.

DAFLON, V. T.; FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L. A. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. **Cad. Pesqui.** 43 (148). Abr, 2013. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000100015> Acesso em: 13 ago. 2021.

DOMINGUES, P. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931–1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 517-596, set./dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000300008>. Acesso em: 27 abr. 2021.

FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L. A.; DAFLON, V. T. Fora de quadro: a ação afirmativa nas páginas d'O Globo. **Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 2, p. 61-83, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agenciasala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24857-pnad-continua-2018-educacaoavanca-no-pais-mas-desigualdades-raciais-e-por-regiao-persistem> . Acesso em: 29 jun. 2021.

POLETTI, R. (1934). **Constituições brasileiras**. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal/Secretaria Especial de Editoração e Publicações/Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. v. III. Disponível em: [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137602/Constituicoes\\_Brasil\\_eiras\\_v3\\_1934.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137602/Constituicoes_Brasil_eiras_v3_1934.pdf) Acesso em: 27 abr. 2021

ROSEMBERG, F.; MADSEN, N. Educação formal, mulheres e gênero no Brasil contemporâneo. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline. (Org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil** 2003–2010. Rio de Janeiro/Brasília: Cepia/Unesco, v.1 p.390-433, 2011.

ROSEMBERG, Fúlvia; ANDRADE, Leandro. Ação afirmativa no ensino superior brasileiro: a tensão entre raça/etnia e gênero. **Cadernos Pagu**, n. 31, p. 419-437, 2008.

SCHWARCZ, Lilia; MURGEL, Heloisa; **Brasil: uma biografia**. Edição: 1; local de publicação: São Paulo; Editora: Companhia das letres.

---

<sup>i</sup> **Leonardo Brito Martins**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2647-5699>

Universidade Estadual do Ceará. Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central  
Curso de Pedagogia

Graduação em Pedagogia Universidade Estadual do Ceará.

Contribuição de autoria: único autor.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9174912774490017>

E-mail: [brito.martins@aluno.uece.br](mailto:brito.martins@aluno.uece.br)

**Editora responsável:** Karla Colares Vasconcelos

**Como citar este artigo (ABNT):**

MARTINS, Leonardo Brito. As políticas educacionais direcionadas à população negra. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 1-12, 2021.